

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 371/XII/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A ALTERAÇÃO IMEDIATA DAS CONDIÇÕES DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO PARA AUMENTAR O APOIO SOCIAL A QUEM NÃO TEM EMPREGO

Em cada pessoa desempregada há um drama pessoal, familiar e social que tem de ser evitado, pelo que importa dedicar todos os esforços à criação de emprego e ao apoio aos que hoje não têm emprego.

As previsões da OCDE, assim como os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Eurostat são claros: o desemprego cresceu a um ritmo avassalador nos últimos meses e irá continuar a crescer em 2013. Tal é consequência da recessão criada pela implementação das medidas de austeridade e as estimativas para os próximos anos confirmam a catástrofe desta política.

De acordo com o INE, a taxa de desemprego no 1.º trimestre de 2012 foi de 14,9%, o que representa um aumento de 2,5 p.p. face ao período homólogo de 2011, representando 819,3 mil pessoas desempregadas, ou seja, mais 18,9% do que em 2011. Para o Eurostat, a taxa de desemprego verificada em Portugal em abril de 2012 já era de 15,2% e a OCDE anunciou previsões de 15,4% e 16,2%, para 2012 e 2013, respetivamente.

A taxa de desemprego real (soma do número de pessoas desempregadas com os inativos disponíveis e desencorajados) está próxima dos 20%, ou seja, 1 em cada 5 pessoas em Portugal não tem emprego, o que significa mais de um milhão de desempregados e desempregadas.

No caso dos jovens a situação é ainda mais grave, pois 36,6% dos jovens não encontram emprego apesar de, no seu conjunto, constituírem a geração mais qualificada de sempre no nosso país. Trata-se de uma geração que está a ser sacrificada às políticas de austeridade, recessão e desemprego implementadas pelo Governo PSD/CDS e pela troika. De facto, o Governo não consegue mais do que sugerir que estes jovens emigrem ou do que apresentar medidas como o Impulso Jovem que não passam de remakes de enormes falhanços como o Emprego 2009 ou Emprego 2010 do Governo Sócrates. Esses programas, vale a pena lembrar, também apostaram em estágios profissionais e na diminuição da taxa social única das empresas, sem que com isso tivessem criado postos de trabalho reais.

Desde o início do ano, e a cada dia que passa, há 18 empresas que fecham as portas. A única solução para inverter a atual destruição massiva de postos de trabalho e começar a criar emprego não são programas de alcance mais que discutível, mas tirar o país da recessão e recolocar a economia a crescer.

Sem crescimento económico não há emprego. Só o estímulo à economia e, logo, o fim das políticas de austeridade recessivas pode criar postos de trabalho e parar a sangria do desemprego.

No entanto, importa agir desde já e sanar a crise social que os desempregados e as desempregadas sofrem no momento atual. Como é sabido, o subsídio de desemprego não apoia a grande maioria destas pessoas e apenas 1 em cada 4 desempregados recebe esta prestação social contributiva - 25,5%, tendo em conta as estimativas do número real de pessoas desempregadas (dados: INE e Pordata).

E este valor ainda não reflete as alterações ao valor e ao tempo de atribuição do subsídio de desemprego impostas pela troika e pelo Governo e que entraram em vigor a 15 de março de 2012. É certo que, até ao final de 2012, a situação se tornará ainda mais dramática quando milhares de pessoas perderem o subsídio de desemprego como consequência destas medidas.

Apesar disto, soube-se recentemente que a Comissão Europeia considera que, apesar do corte para metade do tempo de concessão das prestações de desemprego, são necessários cortes ainda mais profundos nesta prestação social contributiva, fazendo

com que o período máximo de atribuição seja de apenas 18 meses (Peter Weiss, direção-geral de Assuntos Económicos e Monetários da Comissão Europeia, 3 abril 2012).

Infelizmente, não se ouviu do Governo uma única palavra que pudesse garantir às pessoas que hoje estão desempregadas, ou aquelas que estão em situação precária, que a duração do subsídio de desemprego não irá sofrer ainda maiores alterações.

Para o Bloco de Esquerda, e em contra ciclo com as posições do Governo e da troika, a criação de emprego e o apoio imediato às pessoas que não têm emprego são prioridades absolutas no momento atual.

Assim, consideramos que o Governo deve repor os valores e períodos de atribuição do subsídio de desemprego. Essa reposição permite garantir alguma dignidade humana às famílias dos desempregados e desempregadas, diminuir situações de falência familiar, facilita o acesso dos desempregados e desempregadas a ações de formação e às ofertas de emprego e possibilita a fixação dos desempregados e desempregadas no nosso país, evitando que sejam obrigados a emigrar.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Retome o período de concessão das prestações de desemprego e o seu valor nos termos anteriores às alterações impostas pelo Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março;
2. As referidas medidas se apliquem a todas as pessoas que foram afetadas pelas alterações contidas no Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março.

Assembleia da República, 14 de junho de 2012.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,